FUNCIONALISMO

Equipe econômica de Jair Bolsonaro busca amparo legal e recorre à Lei de Responsabilidade Fiscal para conter recomposição salarial de servidores em 2022

Governo se arma para barrar reajustes

Isac Nóbrega/PR



Em novembro, Jair Bolsonaro atrelou aumento a aprovação de PEC dos Precatórios

Após ventilar a possibilidade de um reajuste para os servidores públicos federais em 2022, a equipe econômica de Jair Bolsonaro busca argumentos legais para barrar a recomposição salarial este ano. Segundo parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o governo fez uma consulta no fim do ano passado para se assegurar do que pode e não pode ser feito, e os prazos dentro da legislação eleitoral. Diante de brechas apontadas pela Procuradoria, o Ministério da Economia se agarra à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para blindar o Orçamento.

Em novembro, às vésperas da votação da PEC dos Precatórios, o chefe do Executivo chegou a declarar que concederia o aumento aos servidores caso a pauta fosse aprovada pelo Senado. Contudo, no Orçamento de 2022 a única reserva destinada a reajuste de servidores está carimbada para a Polícia Federal, com impacto de R$ 1,7 bilhão.

O Ministério da Economia pretende arrastar a pauta e manter o cofre fechado até 4 de abril, data na qual, conforme entendimento da PGFN e com base na legislação eleitoral, fica vedada a concessão de reajustes.

De acordo com a lei, nos 180 dias antes das eleições fica proibida a "revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição". Na prática, após o dia 4 de abril não seria possível conceder um reajuste amplo aos servidores, salvo para recomposição da inflação.

Conforme a PGFN, tanto o encaminhamento de projeto de lei quanto a sanção estão impedidos após essa data.

Porém, o Ministério da Economia pretende afastar qualquer risco de reajuste para 2022, tendo em vista o impacto para os cofres públicos. Apenas a correção inflacionária custaria cerca de R$ 30 bilhões, estimados com base no valor gasto pelo Estado com o pagamento de ativos e inativos (R$ 300 bilhões) e na inflação de 10,06% de 2021.

No entanto, apesar dos impedimentos da lei eleitoral, a equipe do ministro Paulo Guedes demonstra preocupação com uma possível brecha destacada no parecer da Procuradoria. A legislação eleitoral se refere apenas a "revisão geral da remuneração dos servidores", deixando espaço para correções por categoria do funcionalismo dentro do prazo dos 180 dias, acima da inflação.

A PGFN avalia que há espaço para questionamentos nessa interpretação, mas os entendimentos recentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam na direção de liberar reajustes, desde que para um número não significativo de servidores.

Outro artifício encontrado pela equipe econômica para impedir o reajuste baseia-se na lei complementar 173/2020, que proíbe aumento de despesa de pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular.



Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Prioridades à vista

Se torpeza desse votos, Bolsonaro estaria reeleito por aclamação. Ele cria uma vilania por dia para ocupar o noticiário e as redes sociais difamando seus desafetos e as instituições da República.

Mas é Lula que lidera todas as sondagens de intenção de voto sem nem começar a "amassar barro" indo ao encontro do eleitorado que o prestigia nas pesquisas mais por recall que por vê-lo em campanha.

Sua expectativa de vitória faz grupos do PT demonstrarem soberba, contrariando o "lulismo", que é maior do que o petismo, já que ele próprio ainda avalia com um círculo restrito de assessores qual a mensagem de sua eventual candidatura, além dos pilares políticos e econômicos de um terceiro governo. Em paz consigo mesmo, não há o sentimento de revanchismo, apesar de ter passado 580 dias preso.

Mas também não amadureceu a convicção de que deve satisfação sobre a corrupção que marcou os governos petistas — de 2003 a 2016, com o desfecho traumático do impeachment de Dilma Rousseff.

É fato que houve desvios na Petrobras ou vários de seus executivos denunciados, julgados e condenados não teriam devolvido milhões de reais em acordos negociados pelos procuradores da Lava Jato, com a anuência do então juiz Sérgio Moro, em troca de redução de pena ou prisão domiciliar, além de desembargo dos bens congelados.

Também não há como esconder as relações espúrias com empreiteiras e grandes empresas, depois das confissões de diretores e acionistas da fina flor do gangsterismo empresarial. Ou dos "donos do Estado", outro modo de nomear os setores dependentes do ervanário federal.

Mas não restou provada a tese de que Lula seria chefe de quadrilha — denúncia central na peça acusatória do Ministério Público Federal e na sentença de Moro, mantida em recurso da defesa junto ao TRF-4 e pela turma de ministros do STJ. Talvez soubesse dos casos que lhe foram imputados, mas isso também não ficou devidamente comprovado.

O viés político de uma peça que deveria ser exclusivamente técnica é o que martelou a defesa de Lula, sendo aceito pelo STF, e poderá ser invocado por ele, se tiver de enfrentar a desconstrução de sua candidatura. Não é frágil argumentar que, sem a prisão, tenderia a se eleger em 2018, talvez em primeiro turno.

Condição *sine qua non*

LIDERANÇA DE LULA NAS PESQUISAS TRAZ PRESSÃO PARA QUE FALE DA LAVA JATO E SOBRE COMO REATIVAR A ECONOMIA

Quanto mais convincente a justificativa, sobretudo junto à maioria do eleitorado que demonstra estar mais interessada nos bons tempos do lulismo que na má vontade da imprensa, menor a chance de a candidatura de Moro prosperar — condição acessória para Bolsonaro manter as rédeas da extrema-direita mesmo perdendo a reeleição.

Se necessário, a campanha de Lula poderá argumentar que boa parte dos denunciados, sobretudo os ligados à Petrobras, era indicação de partidos do centrão, que hoje apoiam Bolsonaro controlando a Câmara, orçamento federal e vários ministérios, em aliança eventual com a cúpula do Senado. Aliados do PT até 2016, tais partidos foram estranhamente poupados pelos procuradores.

A relação Lula-Centrão talvez fique suspensa até 2 de outubro, podendo servir, em caso de derrota de Bolsonaro, para enquadrar os mais afoitos dos partidos que fazem da política meio de vida fácil de enriquecimento. Com a cúpula renovada na Procuradoria e na Polícia Federal, os caciques do Congresso estarão mais propensos a ceder o poder de chantagem sobre o governo, exercido pela manipulação das chamadas "emendas de relator" ou "orçamento secreto".

A moralização da formulação e execução da lei orçamentária é vital para a reestruturação da governança do Estado, condição sine qua non para um governo minimamente funcional, o que hoje não há.

Voto decisivo dos pobres

Não é impossível a Lula manter-se à frente das preferências, mesmo fustigado pela imprensa e adversários. Esta semana, Bolsonaro disparou: "Como é que aquele cidadão está conseguindo apoio, apesar de uma vida pregressa imunda?" Como se a dele fosse limpinha...

A força de Lula é sua aceitação maciça pelo eleitorado com renda familiar total de até cinco salários mínimos, que é mais de 70% da população apta a votar. Essa faixa da população deu 47 milhões de votos a Fernando Haddad, o nome de Lula em 2018, apenas 10 milhões a menos que a votação de Bolsonaro, apesar da carga negativa sobre o PT e com o ex-presidente trancafiado em Curitiba.

A gestão desastrosa da economia pelo governo, levando dezenas de milhões à miséria, famílias inteiras morando como nômades em tendas armadas nas ruas pois despejadas e sem renda, formam o contraponto à minoria dos bairros nobres de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, e até de Brasília, que se vê e é vista como a única população votante.

Ao contrário de 2002, quando Lula atraiu parcela expressiva desses eleitores mais bem aquinhoados, hoje sua eventual eleição dependerá do piso da pirâmide de renda, o que condiciona a política econômica ao inserir a necessidade de um programa que promova o crescimento.

A ortodoxia exaurida

Sejamos francos: é perda de tempo candidato deitar falação visando agradar o mercado financeiro. O pobre remediado de 2002 hoje está exausto depois de tanto proselitismo sobre assuntos que não entende bem e não atende suas necessidades. Até os empresários mais lúcidos estão convencidos de que a economia precisa de novas ideias.

O que lhes aflige é a ignorância altaneira de Bolsonaro que nem o ministro mercador de ilusões conseguiu lapidar. A incerteza quanto a Lula é se ele terá sensibilidade para entender que a exaustão com a hegemonia da ortodoxia econômica não implica apoio à heterodoxia a la Dilma nem ao desenvolvimentismo de antanho.

Está meio precificada a continuidade do Bolsa Família ampliado por Bolsonaro, mas se espera uma estratégia que promova o investimento em mobilidade urbana, moradias, energias renováveis, logística, que geram muitos empregos. O ensino profissionalizante ser a porta de saída do assistencialismo e a digitalização universal de pequenas e médias indústrias, a alavanca da produtividade. Em meio a isso, dar à governança do Estado os meios que elevem a sua eficiência.

Isso é o que se quer ouvir, não polêmica ociosa, como as postas em campo por vozes isoladas do PT. Nem os planos contabilistas dos que insistem com o que caducou nas universidades em que se formaram nos EUA. Insira-se na economia a maioria da população, que é função de educação de qualidade, e se terá o ajuste fiscal que nunca houve. O desenvolvimento surge e finca raízes onde há mercado de consumo de massa movido a renda e crédito a juro aceitável, além de indústria dinâmica e inovadora. Isso é novo só no Brasil.